

[APRESENTAÇÃO]

ENTRE PODER, CONFLITO E CUIDADO: APRESENTAÇÃO DO NOVO VOLUME DA REVISTA MONXORÓS

Pâmella Rochelle Rochanne Dias de Oliveira¹

Um volume atravessado pelas instituições

Este novo volume da Revista MONXORÓS reúne dois ensaios e três artigos que, embora partam de objetos e disciplinas distintos, compartilham uma inquietação decisiva: como instituições, relações de poder e formas de conhecimento incidem sobre a vida social concreta? A pergunta atravessa a formação do Estado brasileiro, alcança a memória política de Mossoró, desloca-se para os conflitos socioambientais em Ruanda, acompanha o trabalho de servidores públicos em uma reserva extrativista e chega às práticas de cuidado dirigidas a pessoas idosas institucionalizadas com síndromes demenciais.

Essa diversidade expressa uma escolha editorial. A MONXORÓS reafirma sua abertura ao diálogo entre Ciências Sociais, Humanidades, Gestão Ambiental e Ciências da Saúde. Não se trata de aproximar campos por simples justaposição, mas de reconhecer que problemas complexos raramente respeitam fronteiras disciplinares. A laicidade envolve história, religião e desigualdade; os conflitos socioambientais articulam recursos naturais, colonialismo e violência política; a conservação depende de normas, condições de trabalho e participação social; o poder oligárquico se sustenta por eleições, parentesco e memória; e o cuidado em saúde inclui escuta, vínculo e dignidade.

¹ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). Graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo (UERN). Graduação em Letras Língua Portuguesa (FAVENI). Professora de língua portuguesa do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Atualmente é docente colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGCISH/UERN), onde realiza Pós-Doutorado. Atualmente é professora substituta do Departamento de Comunicação Social da UERN.

Lidos em conjunto, os textos sugerem que nenhuma instituição funciona apenas pela formalidade de suas regras. Entre a norma e seus efeitos há agentes, interpretações, recursos desigualmente distribuídos, afetos e conflitos. É nesse intervalo que se decide parte importante da vida social. Esta apresentação convida o leitor a percorrer o volume a partir desse fio comum, preservando a singularidade de cada contribuição.

Laicidade, colonialidade e desigualdade

O ensaio de Marcelo Barboza Duarte, *“A sutil arte e leveza da artificialidade, laicidade e ‘intolerância religiosa’ do Estado brasileiro: contradições e paradoxos de um Estado laico e ‘democrático moderno’”*, propõe uma discussão ampla e provocadora sobre a distância entre a laicidade formal e a experiência histórica brasileira. Apoiado em revisão bibliográfica, historiografia, filosofia da linguagem, análise do discurso e materialismo histórico-dialético, o autor reconstrói um percurso que conecta a formação dos cristianismos, a expansão europeia, a colonização, a escravização e a constituição do Estado brasileiro.

Seu argumento central é que a separação formal entre Estado e religião não eliminou privilégios simbólicos, institucionais e culturais associados ao cristianismo. A presença de referências cristãs em calendários oficiais, espaços públicos, celebrações e práticas institucionais é contrastada com a marginalização e a perseguição de tradições indígenas e de matrizes africanas. A laicidade aparece, assim, menos como condição plenamente realizada do que como campo de tensão. Para compreender esse quadro, o ensaio recua à experiência colonial, quando evangelização, conquista territorial e subordinação de povos foram articuladas em um mesmo processo.

Ao aproximar hegemonia religiosa, desigualdades, racismo e funcionamento estatal, Duarte convida o leitor a não tratar a intolerância como uma coleção de episódios isolados. O caráter ensaístico permite transitar por um arco histórico extenso e formular questões sobre neutralidade, democracia e reconhecimento. Mais do que encerrar o debate, o texto procura desnaturalizar a identificação entre maioria religiosa e legitimidade pública, lembrando que um Estado laico deve garantir de forma equânime a liberdade e a pluralidade.

Escassez, conflito e governança ambiental

O ensaio de Ana Beatriz Gomes da Silva e Zildenice Matias Guedes Maia, *“Escassez de recursos naturais e conflitos socioambientais: contribuição da Gestão Ambiental para compreender o genocídio em Ruanda (África Central, 1994)”*, enfrenta os limites de explicações deterministas para acontecimentos históricos complexos. As autoras tomam o genocídio ruandês como estudo de caso para questionar associações diretas entre pressão demográfica, escassez de recursos e violência.

O texto reconhece que a elevada densidade populacional, a pressão sobre a terra e as dificuldades econômicas integravam o contexto ruandês. Sua tese, porém, é que esses fatores não explicam suficientemente o extermínio de 1994. A violência é situada no cruzamento entre heranças coloniais, institucionalização de identidades étnicas, propaganda extremista, desigualdades sociais, disputas materiais e tomada do Estado por um projeto político genocida. A escassez, nessa leitura, não é apenas

uma condição biofísica: ela é socialmente interpretada, politicamente mobilizada e desigualmente experimentada.

A contribuição da Gestão Ambiental está na ampliação do problema. Em vez de restringir-se à administração técnica de recursos, o campo é apresentado como espaço de reflexão sobre governança, justiça socioambiental, direitos humanos e prevenção de conflitos. Ao criticar o reducionismo malthusiano, Silva e Maia não negam a relevância dos fatores ambientais; mostram que ambiente, poder e história precisam ser analisados conjuntamente. O ensaio alerta, assim, contra narrativas que convertem desigualdades historicamente produzidas em consequências inevitáveis da natureza ou do crescimento populacional.

O Estado na linha de frente da conservação

O artigo de Tales Araújo, *"Sob pressão: os desafios dos servidores públicos da RESEX Acaú-Goiana"*, aproxima o olhar do cotidiano em que uma política pública ganha forma. Situada entre Pernambuco e Paraíba, a reserva constitui um caso fecundo porque seu desenho institucional pressupõe governança compartilhada entre Estado e populações tradicionais. A conservação depende, nesse arranjo, de deliberação, negociação e presença pública continuada.

Com base em pesquisa etnográfica conduzida entre 2020 e 2023, participação em reuniões do conselho deliberativo, análise documental e entrevistas com cinco servidores que exerceram funções de chefia, o autor investiga as pressões morais e psicológicas vividas pela equipe técnica do ICMBio. O referencial da burocracia de nível de rua, especialmente o modelo de disposições morais de Bernardo Zacka, permite analisar como os agentes oscilam entre indiferença, execução e proteção. Essas disposições aparecem como respostas às contradições do trabalho público: cumprir regras, agir com imparcialidade, produzir resultados, acolher demandas e sustentar processos participativos.

Os relatos revelam descontinuidade das equipes, escassez de recursos, conflitos internos, sobrecarga administrativa, mudanças hierárquicas e tensões com grupos que utilizam o território. Revelam também aprendizado, compromisso e reconhecimento da importância do conselho deliberativo. Um dos méritos do artigo é retirar o Estado do plano abstrato sem reduzir a política à vontade individual. O que aparece é uma institucionalidade encarnada: servidores dotados de valores e afetos, mas submetidos a estruturas e responsabilidades que delimitam sua ação.

Ao identificar o movimento entre posturas executoras e protetivas, bem como o risco de distanciamento produzido pelo desgaste, Araújo mostra que a qualidade da política ambiental depende também do cuidado institucional dispensado a quem a implementa. Leis, conselhos e planos de manejo são indispensáveis, mas requerem capacidade administrativa, condições materiais e espaços de reflexão sobre dilemas profissionais.

Poder local, família e produção da memória

"Oligarquia, poder e imaginário político: a trajetória e o declínio da família Rosado em Mossoró/RN", de Vanderlânia Crislany da Silva Ferreira, Cyntia Carolina Beserra Brasileiro, Terezinha Cabral de Albuquerque Barros Neta e Arlindo Souza Neto, desloca a discussão para o poder local. O estudo combina revisão bibliográfica e

dados eleitorais para reconstruir a formação, a consolidação e o enfraquecimento recente de uma família que marcou a política mossoroense durante décadas.

A longevidade dos Rosado não é explicada apenas pelo desempenho eleitoral. Sua permanência resulta da conversão entre parentesco, alianças familiares, inserção econômica, ocupação de cargos, meios de comunicação e investimento na memória da cidade. Nomes de ruas, bairros e equipamentos, a atuação de jornais e o trabalho da Coleção Mossoroense integram uma produção simbólica que associa a trajetória familiar à história de Mossoró. O poder se exerce tanto pela máquina política quanto pela capacidade de estabelecer as narrativas por meio das quais a comunidade interpreta seu passado.

O mapeamento das eleições municipais entre 2000 e 2022 e das eleições parlamentares entre 1998 e 2022 permite visualizar uma redução progressiva da efetividade eleitoral. O artigo situa o início do enfraquecimento no plano estadual a partir de 2014 e identifica, na derrota de Rosalba Ciarlini para a Prefeitura de Mossoró em 2020, um marco da perda de hegemonia municipal. Falar em declínio, contudo, não significa decretar o desaparecimento da família do campo político: redes, capitais e posições podem sobreviver às derrotas. Ao articular dados eleitorais, parentesco e imaginário, o estudo evidencia que oligarquias se reproduzem por mecanismos materiais e simbólicos, mas também estão sujeitas a desgaste e contestação.

Humanização, memória e cuidado

O volume se completa com *“Estratégias de humanização na atenção à pessoa idosa institucionalizada com síndrome demencial: um relato de experiência”*, de Hênio Mateus Holanda Castro Rego, Yasmim Ohana Costa da Silveira, Ana Beatriz Braga da Rocha e Marina Helena de Moraes Martins. O artigo apresenta ações do Projeto de Extensão Saúde do Idoso da FACENE/RN realizadas, entre fevereiro e maio de 2026, no lar de idosos Meu Aconchego, em Mossoró. A experiência envolveu uma visita diagnóstica e três ações práticas, com músicas, jogos de memória, caça-palavras, quebra-cabeças, reconhecimento de cores e animais, expressão corporal e exercícios motores.

O relato concentra-se em onze residentes, oito deles com problemas demenciais, e descreve alterações percebidas na receptividade, no humor, na iniciativa e na interação. Mais do que listar técnicas, o artigo enfatiza a postura que orientou as intervenções: respeito ao ritmo de cada participante, valorização das histórias de vida, escuta e criação de vínculos. Música e memória afetiva aparecem como recursos capazes de favorecer comunicação e expressão mesmo diante do comprometimento cognitivo.

A humanização defendida pelo texto redefine o sujeito do cuidado. A pessoa idosa deixa de ser percebida apenas por perdas funcionais ou diagnósticos e passa a ser reconhecida como portadora de experiências, preferências e saberes. Essa mudança é especialmente relevante em instituições de longa permanência, onde o afastamento do convívio familiar pode intensificar sentimentos de isolamento e perda de identidade.

O artigo destaca ainda a dimensão formativa da extensão universitária. O contato com os residentes favoreceu, entre os estudantes, empatia, comunicação, escuta e compreensão integral do envelhecimento. O conhecimento acadêmico foi mobilizado em situação concreta e transformado pela experiência. A extensão

aparece, assim, como via de mão dupla: beneficia a comunidade e forma profissionais mais atentos à dignidade das pessoas sob seus cuidados.

Leituras em diálogo

Da crítica à artificialidade da laicidade ao cuidado de pessoas idosas com demência, os cinco textos recusam explicações que apagam a mediação humana. A religião não atua fora da história; a escassez não produz automaticamente o conflito; a política ambiental não se implementa sozinha; o poder familiar não permanece apenas por tradição; e o cuidado não se realiza somente por protocolos. Em cada caso, instituições ganham eficácia por meio de práticas, narrativas, decisões e relações.

Os trabalhos também interrogam diferentes formas de visibilidade. Duarte pergunta quais crenças são inscritas na esfera pública e quais permanecem marginalizadas. Silva e Maia mostram como o reducionismo pode ocultar a ação política e as heranças coloniais na produção da violência. Araújo torna visíveis as pressões vividas pelos agentes que representam o Estado na ponta. Ferreira, Brasileiro, Barros Neta e Souza Neto examinam como uma família transforma sua memória em parte da memória urbana. Rego, Silveira, Rocha e Martins devolvem centralidade a pessoas idosas frequentemente percebidas apenas por suas limitações.

Ao reunir ensaios críticos, pesquisa etnográfica, análise histórica e eleitoral e relato de experiência extensionista, a Revista MONXORÓS oferece um conjunto plural de leituras sobre desafios contemporâneos e suas raízes históricas. Esperamos que os textos estimulem debate, discordância fundamentada e novas pesquisas. Uma revista acadêmica cumpre parte essencial de sua tarefa quando cria espaço para que diferentes objetos e tradições intelectuais se encontrem, sem perder rigor nem diversidade. É com esse compromisso que entregamos este novo volume às leitoras e aos leitores.

Boa leitura!